



|  |
|--|
| Senado Federal                             |
| Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas |
| Recebido em 02/02/2009, às                 |
| Rilvana / Matr.: 37749                     |

CONGRESSO NACIONAL

MPV - 452

00012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|                    |  |
|--------------------|--|
| data<br>04/02/2009 | proposição<br>Medida Provisória nº 452 |
|--------------------|--|

|                                     |                  |
|-------------------------------------|------------------|
| autor<br>Dep. Eduardo Valverde - PT | nº do prontuário |
|-------------------------------------|------------------|

|                                       |   |   |  |   |
|---------------------------------------|---|---|--|---|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva | 3 <input type="checkbox"/> Modificativa | 4. x <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|---|---|--|---|

| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |
|--------|--------|-----------|--------|--------|
|--------|--------|-----------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Incluir onde couber:

Art. -O Comitê Deliberativo do Fundo Soberano deverá, até 30 dias da regulamentação, encaminhar à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional as diretrizes de aplicação, indicando os critérios e níveis de rentabilidade e risco; os parâmetros de gestão administrativa, orçamentária e financeira; as regras de supervisão prudencial; as condições e os requisitos para a integralização de cotas da União em Fundos Fiscais de Investimentos e Estabilização (FFIEs).

JUSTIFICATIVA

É indubitável, na literatura econômica, que o FSB é um bom instrumento de política anti-cíclica, dentre os vários existente e que prudencialmente deve manusear a autoridade de política econômica a cada necessidade e cenário. O grau de virulência da crise internacional e o seu impacto na economia brasileira, embora não esteja de todo dimensionado, exige do governo atitude prudencial de se escorar em todas as hipótese tecnicamente legitimadas se fazem necessárias.

Contudo, a decisão do governo de editar a MP veio após o Senado ter feito alterações no projeto do Fundo Soberano. A criação da reserva e os recursos para ele, tramitaram separadamente no Congresso, mas os senadores de oposição conseguiram tirar da pauta o projeto que destinava a verba de R\$ 14,2 bilhões, o que na prática criou um fundo sem recursos. Como o dinheiro precisava ser aprovado até 31 de dezembro e o Congresso em recesso, o Governo optou pela MP. Contudo, como atitude cautelar do Congresso Nacional, necessário se faz, no exercício de sua competência de controle e fiscalização, que as diretrizes de aplicações, níveis de rentabilidade e critérios de governança, sejam avaliados pelo Poder Legislativo. É esta a razão da presente emenda ao texto original da MP.

PARLAMENTAR

*Eduardo Valverde*

